

## Brasil: O Partido dos Trabalhadores no governo

Csaba Deák

2004

Tradução: Nuno Fonseca

*Versão provisória 2010*

1. O espectro político
2. O *status quo* e a transformação social
3. Observando o governo
4. Uma política de desenvolvimento em gestação?
5. As perspectivas

Faz um ano desde que Lula foi eleito presidente do Brasil e o Partido dos trabalhadores tornou-se o maior partido na Câmara dos Deputados. O governo empossado em janeiro de 2003 deve ter sido dos mais severamente monitorados e escrutinizados na história brasileira. A ‘direita’ assistiu atenta em função das medidas que temiam ou denunciavam que seriam tomadas; a “esquerda” -incluindo a própria ala esquerda do partido- os trabalhadores, a classe média e os poucos capitalistas brasileiros (donos de uma pequena parcela da indústria nacional) prendiam a respiração esperando pela hora em que as promessas eleitorais iriam se materializar em um programa de desenvolvimento. No estágio atual, sob uma torrente barulhenta, e em grande parte irrelevante, de críticas e/ou reclamações, nenhum lado pode estar seguro sobre se o que eles temem, ou esperam, conforme o caso, irá se realizar ou não, ou mesmo se o governo vai, ou ao menos gostaria de ir, nessa direção.

Desta forma, seria virtualmente impossível avaliar o primeiro ano do governo Lula, e o que faço abaixo é mais um resumo de algumas das principais características do estado atual das coisas e das principais questões em aberto relacionadas a esse estado. Tais características e questões podem ser vistas como critérios para uma futura avaliação do governo ou, melhor ainda, para um monitoramento contínuo dos atos desse governo, ou na verdade, de *qualquer* governo...

### 1

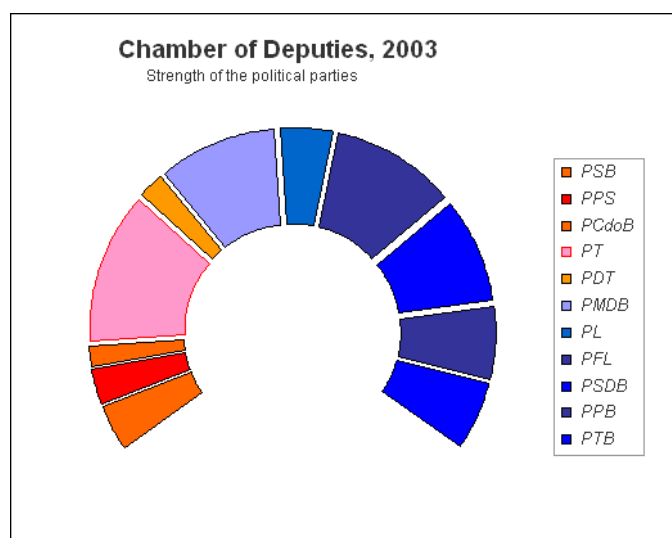
#### O espectro político

Boa parte das incertezas com relação à natureza do governo derivam da suposição de que, pelo fato de o presidente pertencer ao Partido dos Trabalhadores, esse seja um governo do PT ou, em termos gerais, um governo de esquerda. Essa visão é tão amplamente disseminada que chegou ao ponto da surpreendente declaração de Olívio Dutra (ministro das Cidades) no Fórum Social Mundial em Mumbai (no início de 2004), de que o governo Lula é baseado em partidos de esquerda – mencionando os partidos Comunista (pequeno), o Socialista (muito pequeno), e ignorando poderosos partidos de direita como o PL e o PTB que igualmente fazem parte da Base Aliada do governo. Na verdade, um governo firmemente de esquerda não seria nem remotamente plausível, pois embora o PT tenha saído das eleições como o maior partido no Congresso, ele é bem pouco maior que o assim chamado Partido Social-democrata – PSDB,(?) do presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso, e está longe de ser majoritário – tem meros 90 representantes de um total de 508

membros no Congresso, não chegando nem a 20%. Assim, foi das mais apropriadas a recente declaração de Tarso Genro, um dos fundadores do primeiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre, de que:

O governo do presidente Lula não é um governo "de esquerda". É um governo que tem a hegemonia de um partido de esquerda (*Folha de São Paulo*, 04.1.18:A-3).

A distinção é crucial. Se é verdade que o PT detém um certo número posições-chave no governo, não é menos verdade que somando-se os membros da esquerda, centro e direita no Congresso – com todas as reservas que essa classificação merece – o resultado seria na melhor das hipóteses ‘centro’ e a isso devemos acrescentar que a maior parte do poder econômico é representado pelos partidos de direita.



Some-se à confusão que a única oposição sistemática vem do auto-denominado partido de esquerda PSDB (em parte por ambições eleitorais) e do mais claramente direitista PFL (ligado principalmente aos bancos e finanças). Assim, tanto a ‘base aliada’ como a oposição são ambas formadas por partidos de esquerda e de direita. O que é uma boa indicação das acima mencionadas reservas às quais a classificação ‘esquerda-direita’ está sujeita.

A dificuldade em classificar as forças em oposição e em encontrar uma posição crítica clara, lembram vividamente o aviso de um veterano político:

Não se esqueça: falar mal da elite e das desigualdades [sociais] tornou-se um modo de agir da elite...

Evaristo de Moraes Filho, *Entrevista a Elio Gáspari*, *Folha de São Paulo*, 3.11.2:A-16

A complexidade do quadro social/econômico produziu um número de posições muito peculiares até dos mais bem informados e altamente qualificados quadros. Chico de Oliveira, um dos mais respeitados cientistas sociais do país – e que acaba de deixar o Partido dos Trabalhadores em protesto contra a postura “neo-liberal” do governo – por exemplo, chegou a conceber como uma nova classe social as lideranças sindicais que tornaram-se administradoras dos fundos de pensão das centrais sindicais e assim obtiveram, sem dúvida, um considerável impulso

econômico e político. (Para este autor, no entanto, essa idéia se assemelha à idéia de Konrád/Szelényi em *A marcha dos intelectuais para o poder*, uma igualmente improvável idéia do início da década de 1970 que ficou longe de se materializar).

Por sua vez, Emir Sader, outro destacado cientista-social, escreveu sob o corajoso título “Luta de classes no Brasil”:

O governo Lula – qualquer que seja a configuração definitiva que venha a assumir – se inscreve no processo de luta de classes para decidir quem pagará o preço, e em que medida, da farra especulativa da economia brasileira nos anos 1990. As classes sociais fundamentais – ligadas ao capital e ao trabalho – e suas frações internas, assim como as forças externas aliadas a elas, se preparam, nas novas condições, para adquirir maior capacidade de defesa e de apropriação da riqueza socialmente produzida diante de uma economia e de um Estado financeirizados.

A continuidade (e o aprofundamento) da política econômica do governo FHC, como determinante e condicionante maior do governo Lula, recoloca em posição extremamente vantajosa o capital financeiro, na sua modalidade especulativa, (...) (enquanto também contribui) para a desqualificação do Estado e de sua dimensão pública.

O governo Lula, ao contrário do que tenta projetar, não está à parte da polarização que opõe as classes fundamentais. De um lado estão os que lutam pela prioridade do social, (...) lutam pelo deslocamento da centralidade do ajuste fiscal para o atendimento dos direitos sociais e econômicos universais da população (...). No outro pólo se situam os que priorizam o ajuste fiscal, assumem a reprodução do modelo econômico neoliberal, consolidam a hegemonia do capital especulativo (...).

Da mesma forma, a prioridade ao Mercosul ou à Alca estabelece uma política externa soberana ou definitivamente subordinada. (...)

Para concluir:

De qualquer forma, o certo é que a história, mudando sempre sua forma, continua a ser a história da luta de classes. Os partidos, os governos, as forças sociais e culturais mudam, transformam sua natureza de classe, mas sempre se definem pelo seu alinhamento em relação aos grandes interesses do capital ou do trabalho.

*Folha de São Paulo* 4.2.3:A-3

Novamente aqui, não fica de forma alguma claro em que bases um governo do Brasil (atual, no passado ou no futuro) pode ser criticado por não fazer uma revolução (uma postura clara a favor dos trabalhadores) dentro do arcabouço sistema político da democracia burguesa.

Por outro lado, o veterano economista Delfim Netto (citado novamente pouco abaixo), que seria visto por dez entre dez pessoas como direitista é mais favorável às políticas do governo do que muitos de seus ministros...

Um outro economista e ex-ministro da economia resume assim sua forma de ver a situação:

A oposição ataca o governo e defende a política econômica. Os partidos da situação (base aliada) atacam a política econômica e defendem o governo.

Sayad, *Folha de São Paulo*, 29.3.04:B2

Não é de se estranhar, assim, se para muitos a situação do país pareça ‘desorientadoramente complexa’, tomando de empréstimo uma expressão de Trevelyan ao se referir a uma outra época e citado mais abaixo.

## 2

O *status quo* e a transformação social

Desta forma, provavelmente é melhor, ao invés de atacar frontalmente a complexidade das posições assumidas e das retóricas usadas, classificar a constelação de forças – e sua concretização em partidos – de acordo com sua posição com respeito à manutenção do *status quo* (acumulação entravada) e seu oposto, uma eliminação dos entraves ao efetivo desenvolvimento da produção e da sociedade.

Esse é o critério contra o qual as ações do governo e as posições assumidas por diferentes associações políticas, econômicas e cívicas podem ser classificadas, juntamente com seu potencial para uma progressiva transformação da sociedade de elite. Isso é precisamente o que nós nos esforçamos em fazer abaixo. Embora não seja uma tarefa simples, precisamos começar por colocar a situação presente do país em uma perspectiva histórica.

A base da sociedade de elite brasileira é a reprodução de uma peculiar modalidade de acumulação, ou desenvolvimento, originada em sua condição de colônia até a independência (1822), e reproduzida desde então. Nesse processo, o excedente produzido pela sociedade é dividido em duas partes: uma das quais é reinvestida na expansão da produção (e assim é acumulação expandida, um processo de acumulação); enquanto a outra parte é constantemente eliminada e mandada ao exterior – expatriada – sob as formas de remessa de lucros, serviço da dívida, termos desfavoráveis de comércio, e crônico déficit em serviços (pagamento de fretes e resseguros) sem qualquer contraparte, de forma que muito pouco é acumulado. Acumulação, portanto, mas não de todo o excedente produzido, daí o nome de acumulação entravada. (Deák, 1988). As características distintivas dessa economia: altas taxas de juros, inexistência de crédito de longo prazo ou moeda estável, desnacionalização da produção, especialmente nos ramos-chave da indústria, e precária infra-estrutura, seriam vistos, em uma sociedade capitalista burguesa (tal como a obtida nos países ‘desenvolvidos’), como fraquezas estruturais da economia, quando são de fato, no Brasil, os principais instrumentos da continuada reprodução do *status quo* estabelecido.

Essa peculiar forma de economia – e a igualmente peculiar sociedade de elite que a sustém – foram capazes de reproduzir a si próprios por um século e meio, enquanto (no estágio extensivo de desenvolvimento) as taxas de crescimento da produção eram altas e a subdivisão do produto excedente se provou factível – não obstante as tensões causadas à economia e à sociedade, mas que puderam ser acomodadas durante esse tempo. Isso tornou-se problemático com a exaustão desse estágio (extensivo) e a concomitante queda na taxa de excedente, por volta de meados da década de 1970. A partir de então, ou o excedente seria acumulado – e levaria ao crescimento desimpedido, ao aumento do nível de subsistência dos trabalhadores e finalmente, à deposição da sociedade de elite –, ou seria expatriado, aniquilando assim qualquer desenvolvimento ou mesmo qualquer mero crescimento. Em ambas as opções, a reprodução da sociedade de elite fica em cheque, tendo perdido a base da acumulação entravada. Não existe escolha com a premissa de reprodução do *status quo*.

Essa é a causa fundamental do impasse em que se encontra a sociedade brasileira e que a mesma se recusa a enfrentar abertamente, e que se materializou afinal, primeiramente em uma ‘década perdida’ (como foi chamada a década de 1980), e na seqüência por uma segunda, e agora, por uma terceira década de estagnação econômica e desordem social.

A situação pode, então, ser resumida desta forma: após uma ‘tradicional’ política stop-and-go, a sociedade brasileira se vê em um impasse ao se defrontar com a escolha – a qual durante muito tempo ela se recusou a tomar – de caminhar para a morte ou pular nas águas frias e turbulentas de uma importante transformação social.

O resultado líquido desse período pode ser ilustrado com poucos fatos e imagens. Sob o manto do neoliberalismo corrente, a política tradicional (da acumulação entravada) levou a uma acentuação da tradicional fraqueza da economia. Para pegarmos somente a década de 1990: o débito público dobrou de 218 para 439 bilhões nos primeiros 5 anos de Fernando Henrique Cardoso no governo (1994-1999) tornando-se um poderoso instrumento do capital e da concentração de renda, e o país mandou para o exterior – expatriou – US\$ 75 bilhões tanto em 2001 como em 2002. As reservas internacionais ficaram em míseros US\$ 13 bilhões.

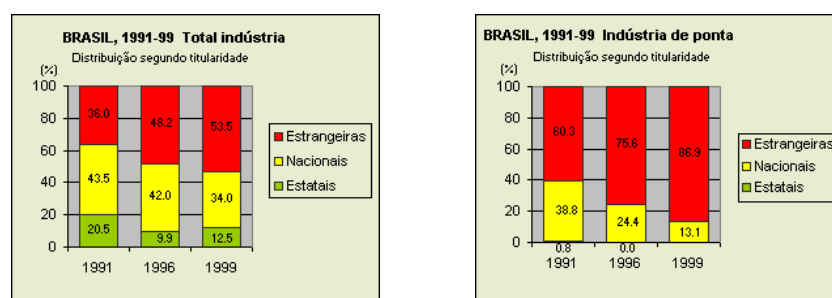


Figura 1 *Capital nacional e estrangeiro na indústria, 1991-99*: Em menos de uma década, a proporção de empresas estrangeiras na indústria brasileira aumentou de 36% para 54% em todos os setores (à esquerda). Pior ainda é a situação da indústria de máquinas, alta tecnologia e outras indústrias-chave onde a proporção aumentou de 60% para 87% (à direita).

Como a produção doméstica terá de se expandir (como sempre, em função das restrições da balança de pagamentos), o entreguismo – a entrega do controle dos ramos-chave para o controle externo, através da qual nenhuma força interna demandando um desenvolvimento desentrevado irá nascer – foi prontamente intensificado. Como de costume, o Departamento I (bens de capital) foi o primeiro a ser entregue. Isso é ilustrado na figura I: a proporção de capitais externos na indústria brasileira cresceu como um todo (à esquerda), mas cresceu mais ainda (e a partir de um patamar mais elevado) na indústria de máquinas e de alta-tecnologia (à direita) – a um nível debilitante de 87%. Como um complemento apropriado, o investimento em pesquisa e desenvolvimento é de meros 0,9% do PIB (dos quais 2/3 realizados pelo governo e 1/3 pelo setor privado).

### 3 Observando o governo

#### *O primeiro ano de governo*

O sistema de tributação brasileiro é “iníquo, irracional, regressivo, caro, burocrático, paquidérmico” nas palavras do relator da reforma tributária em discussão no Congresso, Virgílio Guimarães; mas sobre esse assunto, pouco pode se esperar, dado que essa reforma terá de passar pelo congresso, o qual não está inclinado nem mesmo a permitir que a reforma seja votada. Melhores notícias vêm com relação ao crédito para produção: o BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, teve permissão para dobrar suas reservas (seu capital?) para aumentar sua capacidade de financiamento. Já no primeiro semestre de 2003, ele também reduziu pela metade os empréstimos a empresas estrangeiras e aumento os empréstimos para pequenas e médias empresas em 37%.

Houve uma queda nas taxas de juros (Selic), que, no entanto, ainda é a maior do mundo – está em 9,95% (em segundo lugar vem a da Hungria, com 8,5%). Pior ainda é o spread bancário: 30,5% em média (54% para notas promissórias, 38% para bens de capital) em dezembro de 2003. Assim, não é nenhuma surpresa que os lucros dos bancos sejam maiores do que 16,5% em um ano de estagnação (2003). Não é exagerado dizer que ainda não existe um sistema de crédito... Como resultado, o volume total de crédito é de apenas 25% do PIB (contra 140% nos EUA e 120% no G7). “Não há como crescer com taxas dessa magnitude”, reclamou o presidente de uma grande indústria recentemente.

Em associação com uma moeda sobrevalorizada, existe realmente pouco o que fazer antes que uma base favorável para a produção doméstica seja criada...

Por outro lado o governo anunciou a duplicação dos fundos para pesquisa e desenvolvimento, partindo dos atuais 0,6% para 1,2% do PIB nos próximos três anos. O governo também jogou água fria nos planos de privatização das universidades públicas – e anunciou um aumento de 100% nos fundos destinados a elas.

Até agora, não há sinal de reversão das desastrosas privatizações recentes de infra-estruturas e serviços públicos. Mas, pelo menos, tem havido uma retomada do controle governamental (através da maioria de representantes) das agências reguladoras, especialmente nos setores cruciais de transportes e telecomunicações, bem como na indústria petrolífera, com decisões governamentais quanto a investimentos, universalização e política de preços.

O governo aboliu, sem alarde, a isenção de taxas para produtos importados, os quais gozavam até então de uma desleal competitividade frente aos produtos nacionais em função dessa espécie de protecionismo às avessas (sob pressão de poderosos lobbies, o governo posteriormente restabeleceu a isenção em alguns ramos onde o capital estrangeiro é predominante). Com o mesmo espírito, o governo emitiu declarações explícitas (que seriam desnecessárias e inapropriadas em qualquer outro lugar) sobre a defesa do ‘interesse nacional’ e a incorporação de alta-tecnologia como critério para

a seleção de fornecedores em um importante leilão para aquisição de uma esquadrilha de caças de última geração para a Força Aérea Brasileira (FAB).

Algumas novas diretrizes emergiram na política externa, das quais a mais importante foi uma diversificação nas relações internacionais com um afastamento da preponderância dos EUA, parcialmente em favor da União Européia e, melhor ainda, em favor de países fora da OCED. Houve a embrionária formação do G3, englobando Brasil, Índia e África do Sul, com a possibilidade de incluir a China – um país com o qual o comércio bilateral registrou um aumento de dez vezes nos últimos dois anos – e aberturas em direção à Rússia. O governo também corretamente manteve-se firme ao reforçar o Mercosul em detrimento da Nafta.

Por outro lado, notícias menos encorajadoras vieram de várias partes importantes. A grande atividade na preparação da regulamentação das Parcerias Público-Privadas (PPP) – uma necessidade neoliberal – é um dos casos em questão. Afora sua natureza extremamente regressiva, é também um complemento à desqualificação geral do Estado como representante do interesse coletivo, através da legitimação de associações não-governamentais e grupos de pressão como representantes da ‘sociedade civil’. Ao nível operativo, o projeto sofreu críticas por sérias falhas com respeito ao controle público e transparência e por seu efeito devastador na eficiência da administração pública. Além disso, ele inclui cláusulas largamente favoráveis ao capital estrangeiro, tais como garantia de retorno mínimo do investimento realizado, uma reminiscência dos tempos coloniais. A regulamentação está, no entanto, em elaboração, de forma que uma avaliação da mesma deve ser postergada.

Também o investimento em infra-estrutura está ainda congelado – o Estado está preso por um acordo com o FMI, assinado em 1992, segundo o qual investimento em infra-estrutura é, por definição, déficit com gasto (gasto sem retorno), o que poderia ser apenas uma bobagem, se não houvesse uma cláusula seguinte limitando o déficit. As duas juntas têm o efeito de amarrar as mãos do Estado e impedir a provisão de suporte para a produção – desde geração de energia até meios de transporte, sistemas de comunicação e de tratamento de águas, tudo foi paralisado. O assunto tornou-se matéria de discussão depois da eleição, mas a discussão se encerrou inconclusivamente no final do ano (de 2003) e a paralisia continuou, aprofundando ainda mais a estagnação da produção, enquanto o déficit público, em nome do qual a ‘austeridade fiscal’ vinha se justificando, subiu de 55% para 57% do PIB.

Muito estranhamente, é no campo da ‘justiça social’ que aparecem algumas das piores dúvidas com relação aos rumos da política do governo.

Os salários continuaram a cair após anos de movimento descendente e o salário mínimo, que era uma vergonha de US\$ 70 mensais continuou estagnado (para ser exato, subiu 1,2%). Existem estranhos, mas por enquanto, não conclusivos, movimentos com relação à seguridade social: cortes nas aposentadorias (servidores públicos e assalariados) bem como no serviço de saúde. Esses estão sendo redirecionados para fundos privados, com a desculpa de criação de fundos para oferecer crédito para a produção – e essa é a melhor desculpa, a pior é dizer que o atual sistema está ‘falido’ e ‘insustentável’, quando os fundos acumulados nos últimos

trinta anos foram simplesmente gastos – roubados – por sucessivos governos que esvaziaram o fundo de pensão (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) - gastaram as contribuições para outros fins – e dizem que está falido. Ambos são argumentos vazios, mas seu efeito nos benefícios sociais para o estrato mais desprovido é debilitante (ainda não existe uma definição final), para não dizer desastroso. Adicionalmente, como dizem respeito à administração pública, tais medidas significam enfraquecer ainda mais um já precário aparato de estado. Ele funciona através de servidores públicos pobremente remunerados que tinham ao menos vantagens de estabilidade e aposentadoria com o salário integral. O projeto global sobre os fundos de pensão, que tem sido elaborado nos últimos dez anos, tem um duplo impulso: no sentido de se afastar do ‘modelo de capitalização’ (pague agora e receba depois) para o ‘fluxo de caixa’ (aqueles que trabalham sustentam aqueles que já trabalharam), e uma mudança de administração de pública para privada.

#### 4

### Uma política de desenvolvimento em gestação?

Mesmo com as melhores intenções e os maiores esforços, reverter as históricas políticas auto-destrutivas é uma tarefa de Sísifo. Como Delfim Netto, um destacado economista e ex-ministro da fazenda apontou,

Ainda não houve ajuste, porque se fez uma política de panos quentes nos últimos dez anos. Nos primeiros quatro anos do governo Fernando Henrique Cardoso houve um déficit só, não houve superávit primário, seu governo vendeu todo o patrimônio nacional e acumulou US\$ 180 bilhões de déficit em contas correntes. [próximo de 30% do PIB]

Em sua opinião, os controles monetários e orçamento restrito são políticas auto-destrutivas a longo prazo e de forma alguma são substitutas de política de crescimento; a questão importante no curto prazo seria livrar o país da ‘dependência externa’ e, a seguir, resolver o problema das baixíssimas reservas em moeda estrangeira e do insuficiente superávit comercial para o serviço da dívida externa – e assim, obter a diminuição de sua proporção com relação ao valor das exportações.

Se acelerar as exportações, a relação da amortização da dívida passada mais juros, que hoje andava em torno de 60%, vai acabar caindo para 40%, que ainda não é a melhor do mundo, mas é consideravelmente melhor.

*Idem, Gazeta Mercantil 04.2.4:A-5*

As ações sobre itens isolados da política econômica e social, acima referidas, podem ou não se somar a uma (mais ou menos consistente) política de desenvolvimento – ou em outras palavras, levar predominantemente e finalmente, em direção a um processo de pleno desenvolvimento ou desenvolvimento desimpedido das forças produtivas – e às transformações sociais que esse processo implica.

Mas há agora uma declaração explícita nessa direção: o governo preparou e publicou um Plano de Desenvolvimento, o primeiro equivalente ao II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) de 1974. Se implementado, ou melhor, se consistentemente seguido, poderá levar a uma reversão do velho curso de perpetuação do *status quo*. Deve-se notar também que esse plano causou algumas reações críticas das mais rapidamente elaboradas contra o governo e que, de fato, ele particularmente apresenta uma visão mais avançada que as críticas.



As principais linhas do Plano de Desenvolvimento são estruturadas de acordo com uma definição de quatro setores prioritários, sendo:

Semicondutores: retoma uma posição muito razoável do país no início da década de 1980, deliberadamente abandonada em seguida. Uma das indústrias de crescimento mais rápido no mundo inteiro – além de seu papel estratégico para o resto das indústrias. Deve ser enfatizado seu retorno à agenda de desenvolvimento. Ramificações com nanotecnologia, SOCs (systems on chips), indústria aeroespacial e TV digital.

Software: potencial de exploração devido à mão-de-obra (à semelhança da Índia) qualificada e barata (a nível internacional)

Farmacêuticos: desenvolvimento a partir da estaca zero, apesar de algumas valiosas medidas do governo anterior com a introdução de medicamentos ‘genéricos’ (paracetamol ao invés de Aspirina). Nesse setor há um gigantesco déficit comercial para o país (importações que passaram de US\$ 212 milhões para US\$ 1,28 bilhões entre 1990 e 2000) e o pagamento de royalties.

Bens de capital: este item é o mais importante e o menos claramente definido (é verdade que depende de uma política geral de desenvolvimento bem coordenada, mais do que de diretrizes), no entanto, a mera presença de uma referência explícita a ela pode ser interpretada como provável bom sinal. Há o reconhecimento da histórica contra-política, mas existe uma menção muito suspeita sobre a facilitação da introdução de novas técnicas através da diminuição das taxas de importação de maquinaria – embora logo em seguida haja menção ao estímulo do desenvolvimento de tecnologia nacional, deixando dúvidas, assim, quanto à natureza contraditória das duas medidas.

Existem ainda políticas complementares específicas de:

Desenvolvimento técnico, pesquisa e desenvolvimento – plano para elevar investimentos para R & D dos atuais 0,6% para 1,2% do PIB-, e;

Recomposição das reservas cambiais externas – o que certamente é uma condição de libertação com relação aos entraves à capacidade do país de elaboração de políticas.

De maneira geral, as proposições do plano são um alívio em relação à usual repetição dos velhos chavões sobre a ‘vocação agrícola’ e a prioridade para as exportações de soja ou de suco de laranja...

Além disso, existem vozes, embora raramente ouvidas, realçando a importância do desenvolvimento autóctone, ao invés da simples importação ou imitação de tecnologia estrangeira. Fornecendo para um mercado de renda relativamente baixa, processos produtivos mais simples e com menos tecnologia de ponta, estariam mais aptos a atender a demanda do mercado interno por produtos baratos, enquanto promoveriam ao mesmo tempo a geração de técnicas nacionais apropriadas às especificidades do país. Não há dúvida de que esses produtos de baixo custo acabariam por se viabilizar no mercado externo.

Finalmente, mas não menos importante, existem movimentos no sentido de um saneamento no excessivamente lento sistema judiciário que deixa dez milhões de casos embaralhados em dez mil leis e faz com que eles frequentemente demorem mais de dez anos, e até mais tempo, para serem julgados, ou ainda que sejam classificados como não resolvidos, deixando a maior parte dos crimes, tanto os comuns como os de ‘colarinho branco’, sem punição, especialmente os maiores. Assim as prisões estão cheias de ladrões de galinhas e não há espaço ou tempo para ir atrás dos verdadeiros criminosos, enquanto uma considerável dívida em impostos (10% do PIB) deixa de ser recolhida, em função da completa amnésia ou de acordos de pagamentos, como em um caso, em 900 anos. Até onde e em que velocidade esses movimentos se farão presentes ainda é uma questão em aberto, é claro, mas o simples fato de que eles estejam sendo publicamente discutidos, é novo – quase nunca houve tanto falatório sobre a necessidade de revisão dessa estrutura ou sobre a necessidade de simplificação / clarificação das regras da burocracia em geral. Um sério obstáculo às expectativas nessa direção é a postura assumida pela ‘grande

imprensa' e a mídia. Durante todo o primeiro ano de governo houve uma abafada – provavelmente em função da enorme popularidade do governo recém eleito – mas constante barreira ideológica erguida contra o PT, o presidente, ou o próprio governo. Se e quando os ventos da mudança se tornarem fortes, existe pouca dúvida de que essa oposição disfarçada será mais forte e clara e se tornará uma orquestrada campanha de difamação.

Antes de acabar essas notas sobre a política econômica, é válido lembrar que somente uma parte dos novos desenvolvimentos é resultado da política econômica brasileira sendo, a outra parte, resultado das tendências contemporâneas do capitalismo mundial. Um caso em questão é o problema dos empregos e o problema correlato do desenvolvimento da produção. A produção tem se expandido mundialmente – com tendências à superprodução – juntamente com um aumento do desemprego, em função deste aumento estar baseado principalmente em uma maior produtividade do trabalho e em um aprofundamento da automatização. A desindustrialização ou terciarização é o nome sob o qual essa tendência (identificada já no *Manifesto Comunista*, cento e cinquenta anos atrás) tornou-se conhecida e não há exceção a ela em qualquer lugar do mundo. Nesse sentido, embora o fortalecimento da estrutura produtiva brasileira seja uma *conditio sine qua non* para o desenvolvimento brasileiro, de forma alguma seu sucesso será uma garantia de pleno emprego ou um retorno aos prévios níveis percentuais de empregos industriais para o país de forma geral. Assim, quando o presidente Lula declarou a meta e, inclusive, 'prometeu' a criação de 10 milhões de empregos (ou, como no primeiro trimestre do ano passado, um 'espetáculo de crescimento' para o segundo semestre), isso foi uma declaração apressada, para dizer o mínimo, embora ele ou o governo não possam ser responsabilizados por não atingir ou cumprir essa meta. Da mesma forma, o neoliberalismo é uma tentativa desesperada, mas generalizada, de reversão dos efeitos da crise geral que se abate sobre o capitalismo mundial, e sendo assim, ela não pode ser combatida em qualquer país específico de forma isolada (embora o resultado geral seja a resultante da resistência em todos os países). Qualquer análise das realizações do governo precisa então conseguir fazer uma distinção entre o desenvolvimento brasileiro e o desenvolvimento das tendências mais gerais do capitalismo contemporâneo.

## 5

### As perspectivas

É impossível saber quais as possibilidades imediatas ou de longo prazo das tendências, esboçadas aqui, correntemente em gestação na montagem da sociedade brasileira.

Mas existe um sentimento que mudanças profundamente enraizadas e de longo alcance estão em gestação. Nunca é demais lembrar as palavras de Engels, quando diz que:

Na apreciação de acontecimentos e das series de acontecimentos da história diária, jamais podemos remontar às últimas causas econômicas. (...)

(...) as mudanças (...) agem quase sempre, além disso, de maneira encoberta, antes de se manifestarem de súbito e com violência na superfície. Uma clara visão de conjunto da história econômica de um dado período não pode nunca ser obtida no próprio momento, mas só posteriormente (...)

Engels, "Introdução" de *As lutas de classe na França de 1848 a 1850* de Karl Marx, in Obras escolhidas de Karl Marx e Friedrich Engels, Editora Alfa-Ômega, São Paulo, sem data, p. 94

Por outro lado, não é bom ficar de braços cruzados esperando que potenciais mudanças se concretizem antes de tomar uma posição ou começar a agir. Como Lênin disse: o verdadeiro político escuta até a grama crescendo. Isso é o que, com esforço, pretendemos fazer aqui.

Sobre um dos períodos cruciais da história da Inglaterra, no rastro das guerras napoleônicas, em meio às disputas políticas em torno do movimento Cartista e com direcionamento no sentido do *Reform Bill* (Projeto de Reforma) e mais tarde da legislação de Livre Comércio, o historiador inglês Trevelyan escreveu:

A história política desse período é desnorteante para o estudioso e rica de ocorrências paradoxais, pois enquanto os velhos partidos se desintegram, o 'espírito da época' e a pressão externa constante dos desprovidos de direitos sobrepujam, dia a dia, a política dos detentores nominais do poder. O cenário tem toda a confusa inseqüência de uma grande retirada militar, quando ninguém sabe o que qualquer outro esteja fazendo e as posições são conquistadas apenas para serem depois abandonadas.

Morton, que citou essa passagem, então adiciona seu comentário:

Exatamente por trás das disputas pessoais, da 'confusa inseqüência' dos políticos, e agindo por intermédio deles, se encontravam vastas combinações da nova classe. A Revolução Industrial alcançara o ponto em que a classe por ela engendrada estava se tornando suficientemente forte para ditar uma nova orientação antes mesmo de ter assumido diretamente o poder político. (A História do Povo Inglês, p.339, 1970)

Talvez o período corrente da história do Brasil acabe por se mostrar tão crucial quanto esse nas transformações econômicas e sociais. Isso é algo para ser avaliado no futuro.

Mas, após as duas décadas perdidas, o novo ímpeto trazido pela eleição de Lula pode extinguir-se se não houver sinais de rápida recuperação econômica (e melhor qualidade de vida para maiores segmentos da população). No momento, depois de um ano de expectativas e poucas realizações, existem indícios nessa direção, como quando um importante comentarista econômico da imprensa escrita, Paulo Nogueira Batista Jr., estampa em sua coluna o título 'Alma partida?' (Folha, 04.2.12:B-2), em referência ao sentimento generalizado no país. Ele escreveu:

Até o início dos anos 80 do século 20, a economia brasileira foi uma das mais dinâmicas, possivelmente a mais dinâmica do planeta. Esse rápido crescimento coexistia, é verdade, com diversas distorções e problemas. (...) Mas o país crescia continuamente, investia e criava, gerava empregos e oportunidades. Entre a Segunda Guerra Mundial e 1980, o PIB real aumentou cerca de 7% ao ano (...) O brasileiro era irreverente, indisciplinado e debochado (na Copa do Mundo de 1982, a torcida brasileira abriu a seguinte faixa na arquibancada: "Até a nossa inflação é 100%!"). (...)

Em 20 ou 20 e poucos anos, tudo mudou. As crises inflacionárias, as humilhações financeiras e a prolongada estagnação das décadas de 80 e 90 abalaram a autoconfiança do país. Ficamos traumatizados, inibidos, acovardados. (...)

(...) Passou a predominar a mentalidade de guarda-livros e o respeito a normas estrangeiras. Tudo ficou subordinado ao controle da inflação, ao ajustamento das contas públicas e à estabilidade financeira.

Na opinião desse autor a verdadeira questão é mais profunda que a questão dessa ou daquela política econômica em particular e diz respeito à transformação da sociedade como um todo, da subserviência à soberania, da elite à burguesia, da acumulação entravada (sobre a qual o leitor pode já ter visto referências em um artigo anterior, nesse jornal, relacionado à eleição de um governo do PT no município de São Paulo, dois anos atrás) para um crescimento desimpedido. Não há dúvidas, no entanto, que

as tendências mais fundamentais e de longo prazo devem forçosamente se materializar em políticas cotidianas no presente.

As expectativas de mudança, e da velocidade de mudança, geradas pela eleição devem certamente ser reduzidas, mas a responsabilidade não pode ser atribuída a qualquer indivíduo ou partido político – é responsabilidade da sociedade brasileira como um todo. Em tempo, se não houver progresso visível no segundo ano de mandato, a questão colocada em ‘Alma partida?’, acima citada, pode ser abandonada e substituída por uma completa paralisia. Ainda assim, no entanto, os antagonismos existentes na sociedade brasileira não deixarão de fazer seu trabalho silencioso.

\*\*\*

### *Referências*

- Deák, Csaba (1988) “The crisis of hindered accumulation in Brazil” BARTLETT INTERNATIONAL SUMMER SCHOOL, Mexico, *Proceedings* London, 1989  
Morton, A L (1938) *A história do povo inglês* – Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970